

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS SURDOS: O CASO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA

João Rodrigues Pinto¹

Sarys Fernandes da Silva Capeleiro²

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a mediação do tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (ILS), nas instâncias educacionais, visando à ampliação das perspectivas sobre a formação deste profissional. Apresenta como suporte metodológico a descrição de uma pesquisa sobre o trabalho do intérprete na educação, socialização e construção da cidadania em torno da comunidade dos surdos no município de Teixeira de Freitas, Extremo Sul da Bahia. Trata-se, portanto de uma abordagem pertinente que traz à tona a vez e a voz daqueles que tem desenvolvido uma atividade laboral voluntária em prol da pessoa surda que ainda vive as dificuldades comuns de quem é portador dessa condição. O papel do tradutor/intérprete é de extrema importância na composição e resgate da cidadania da pessoa surda, seja na escola, na família, comunidade e, principalmente no mercado de trabalho. O estudo abre uma janela para a inclusão da Língua Brasileira de Sinais na pedagogia-nossa-de-cada-dia.

Palavras-chave: Libras. Tradutor-intérprete. Inclusão.

Abstract: *THE SIGNS BRAZILIAN LANGUAGE IN THE PROCESS OF INCLUSION OF DEAF: THE TEIXEIRA DE FREITAS CASE / BA. The article presents a study on the mediation of the translator and interpreter of Brazilian Sign Language (ILS), the educational authorities, aimed at expanding perspectives on the formation of this professional. Presented as methodological support the description of research on the artist's work in education, socialization and empowerment around the community of the deaf in the city of Teixeira de Freitas, extreme south of Bahia. It is therefore a relevant approach that brings out the time and the voice of those who have developed a voluntary labor activity in favor of deaf person who still lives the common difficulties of who is carrying this condition. The role of the translator / interpreter is of utmost importance in the composition and recovery of citizenship of the deaf person, whether at school, in the family, community, and especially in the labor market. The study opens a window to the inclusion of Brazilian Sign Language pedagogy-our-at-a-day.*

Keywords: Pounds. Translator-interpreter. Inclusion.

Ao longo da história da sociedade humana, tornou-se prática comum relevar a condição auditiva das pessoas que nasciam ou adquiriam essas dificuldades aos seguintes elementos: a) de natureza mística-espiritual-religiosa: baseada em crenças, mitos e segmentos espirituais, que consideravam tais pessoas, vítimas de endemoniamento, castigo divino ou endeusadas (falavam a língua dos deuses e eram cultuadas como verdadeiros líderes espirituais); b) de natureza objetivamente clínica: a

¹ Doutorando em Linguística (PUC-Minas); Mestre em Teatro, Cultura e Educação /UNIRIO; afiliação institucional: professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano - campus Teixeira de Freitas/BA

² Graduada em Pedagogia pela FACTERF, Especialista em LIBRAS; professora/intérprete de LIBRAS.

pessoa surda era considerada um doente, portanto era tratado como tal e o grande equívoco começa aí: o apelido de surdo-mudo (característica que considera a pessoa com um duplo problema); c) de natureza técnico-científica: as pessoas surdas são obrigadas a seguir o padrão formal da oralidade e a ouvir através de aparelhos auditivos que nem sempre atendem às suas necessidades básicas.

Diante desses elementos, as pessoas surdas atravessaram séculos à margem da sociedade e, mesmo diante dos avanços visíveis, sobretudo com o advento do processo de inclusão, as pessoas surdas continuam lutando contra a discriminação, forjando seu merecido espaço na sociedade, bem como o direito de ter a sua língua reconhecida em todos os âmbitos educacionais de preferência com a presença do tradutor e intérprete.

O estudo começa por desmistificar o equívoco em relação ao termo “surdo-mudo”. De acordo com a Língua Brasileira de Sinais, existe apenas a pessoa surda. Ela não fala simplesmente porque não escuta. Daí a necessidade de se trabalhar a Libras com a comunidade surda e, evidentemente, inserir o profissional intérprete e tradutor como parte indispensável no processo de inclusão, como veremos ao longo dessa exposição.

Na compreensão de Lopes (1997), a criança surda aprende, primeiramente, as palavras em português com fonoaudiólogos. Portanto, esse “tratamento” dificilmente passará do significado de dicionário, mas constituirá, para a criança surda, uma língua morta (desprovida de sentido). Considera a autora, que é melhor que a criança aprenda a elaborar frases em Libras do que repetir palavras desconexas em português: “dominar uma língua é saber jogar com ela, produzindo conhecimentos novos” (LOPES, 1997, p. 101).

O instrumental linguístico que é utilizado no meio em que a pessoa surda vive não se apresenta como uma alternativa eficaz e eficiente para facilitar o seu intercâmbio com o mundo, mas uma barreira árdua que é preciso transpor para conquistar o mundo social de modo efetivo.

Se a pessoa surda é excluída da comunicação verbal por não ouvir, deixa de possuir formas de reflexão em torno da realidade que se produz graças à linguagem verbal. Assim, a linguagem é o fator fundamental de formação de consciência. Portanto,

a surdez não deve ser uma barreira sem solução, mas um fator social, sério, significativo e que não pode passar despercebido.

Todo cidadão têm direito de participar da vida social, política e econômica da nação. É de responsabilidade da escola, possibilitar à pessoa surda, o instrumental para que ela exerça essa cidadania de forma plena. Sabe-se, contudo, que a escola não vem cumprindo com essa premissa devido a inúmeras razões. Discute-se muito sobre analfabetos funcionais, lindeiros (pessoas que estão no limite) em tarefas simples de sistematização do conhecimento etc. Essa realidade também é encontrada no ensino para as pessoas surdas, com o agravante de que a língua tem se tornado o grande empecilho para o seu desenvolvimento cognitivo.

A língua é um elemento indispensável para a formação das estruturas mentais do ser humano (VYGOTSKY, 1989), que se corporifica na fala ou no discurso, constituindo-se um dos principais instrumentos de mediação entre os indivíduos e o conhecimento acumulado, não sendo apenas um fator social, normativo, como afirma Saussure (1995), pode-se perceber a dimensão das perdas humanas na falta ou limitação deste elemento.

Essa questão não representa apenas um fenômeno isolado, voltada unicamente à educação do aluno que não ouve, mas também a outros grupos linguísticos minoritários. O que preocupa, de fato, na educação das pessoas surdas, é o ensino da língua escrita. Portanto, a língua de sinais é um instrumento consistente, eficiente e eficaz para o desenvolvimento psicológico da pessoa surda.

A pretensão deste estudo é identificar e analisar a necessidade de reconhecer, apoiar e difundir a profissão de intérprete da Libras para a sua efetiva inserção no mercado de trabalho, para que, de fato venha atender as necessidades básicas e facilitar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem junto à comunidade dos surdos na sua primeira língua, respeitando as diferenças e valorizando sua cultura.

A trajetória histórica da língua de sinais

*Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com linguagem;
é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente.
É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem*

*e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo
corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.*

Ferdinand de Saussure (1995)

Antes de partir para a descrição da história da *Língua Brasileira de Sinais*, cabe ao entendimento dessa análise, uma resumida leitura sobre três aspectos norteadores em qualquer discussão sobre o fenômeno linguístico: a *linguagem*, a *língua* e a *fala*. São elementos que se complementam, porém, possuem distinções elementares, embora, para alguns estudiosos como Ernani Terra (1997, p. 12), a distinção que se faz entre linguagem, língua e fala tem caráter meramente metodológico, uma vez que esses três conceitos revelam aspectos diferentes de um processo amplo, que é o da comunicação humana.

A linguagem é todo sistema de sinas que nos permite realizar atos de comunicação: a linguagem convencional, utilizadas pela maioria das pessoas; a linguagem dos surdos; a linguagem dos sinais de trânsito, etc. Porém, diante da diversidade, a linguagem, está dividida em duas categorias: a verbal, cujos elementos de comunicação são as palavras; e, a não verbal, cujos elementos são os sinais.

A língua, por sua vez, “é a linguagem que utiliza a palavra como sinal de comunicação” (TERRA, 1997, p. 13). Segundo o autor, a língua é um aspecto da linguagem: um sistema de natureza gramatical, pertencente a um grupo de indivíduos, formado por um conjunto de sinais (as palavras) e por um conjunto de regras para a combinação destes.

A fala, segundo Terra (1997), é um ato individual de vontade e inteligência. A fala é o aspecto individual da linguagem humana. A maioria dos atos de comunicação humana são realizadas através da fala.

Levando-se em conta os conceitos acima, percebe-se que a Língua de Sinais está inserida no processo de comunicação humana, mesmo diante das possíveis dificuldades que têm atravessado ao longo da sua história. Porém, mesmo sendo um meio de comunicação eficaz e eficiente, percebe-se que há um distanciamento entre o “trio” convencional – linguagem, língua e fala – do universo das línguas de sinais. O próprio autor entra em contradição quando afirma veementemente que “a língua é uma instituição social de caráter abstrato, exterior aos indivíduos que a utilizam, que *somente*

(grifo nosso) se concretiza através da fala, que é um ato individual de vontade e inteligência” (TERRA, 1997, p. 13). Ora, nesse caso, como fica a pessoa surda, a pessoa que não utiliza a fala (convencional)? Por melhor que seja a intenção do autor, indiretamente está considerando apenas o grupo convencional da sociedade, aquele que se constitui maioria: fala, ouve, escreve.

Desse modo, como é possível conduzir o processo ensino-aprendizagem de uma pessoa que nasceu ou adquiriu a surdez na fase pré-lingual, que não conta com a língua oralizada? Ou ainda, como ocorre esse processo no âmbito escolar e, sobretudo, quais os meios de articulação na construção de aprendizagem?

Inicialmente é preciso esclarecer que a surdez interfere no processo de educação. Para Peterson (1987), a criança surda não aprende pelo mesmo processo que a criança ouvinte aprende. A criança ouvinte associa um objeto com o som. Mais tarde a criança vai à escola e associa o som com a palavra escrita pela professora. A criança surda, por sua vez, não tem som e não pode aprender pelo processo: objeto/som, som/símbolo (palavra escrita). Por essa razão é imprescindível que o profissional da educação dos surdos atue juntamente com um tradutor e intérprete da Língua de Sinais, fazendo a interação da criança surda com as demais.

A sigla Libras - Língua Brasileira de Sinais é a língua materna das comunidades surdas no Brasil, e, também, há registros de outra língua de sinais utilizada pela tribo indígena *Urubus-Kapoor*, habitantes da Floresta Amazônica.

Hoje em dia, temos a Libras como uma língua cada vez mais reconhecida pela sociedade, na legislação, nas escolas, nas universidades, entre outros setores. Esse reconhecimento da Libras nos faz questionar: de onde veio essa língua? Como ela evoluiu para chegar à forma que temos hoje? A Libras também está envolvida no processo de variação e mudança linguística? A presente pesquisa demonstra que os sinais também passam por mudanças fonológicas e lexicais ao longo do tempo. Ao iniciar a pesquisa sobre mudança da Libras, pretendo narrar a história da evolução da mesma no Brasil sob ordem cronológica, estabelecendo os fatos relacionados com o INES e os dicionários de sinais. Nesta história da evolução da língua de sinais, relatamos que a Libras evoluiu no século XIX, através de registros históricos e entrou em contato com a Língua de Sinais Francesa (LSF) nas mãos do professor surdo francês

E. Huet. Ele veio ao Rio de Janeiro em 1855 com a intenção de fundar uma escola para surdos e, com o apoio do Imperador D. Pedro II, fundou o Instituto Imperial de Surdos-Mudos em 1857, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na capital do Rio de Janeiro.

Porém, no final do século XIX, o Congresso Mundial de Milão, que reuniu educadores de surdos da Europa e EUA, considerou que o oralismo era mais indicado para os surdos. Ficou proibido o uso das Línguas de Sinais dentro e fora das escolas. A proibição contava com um rígido controle, sendo comum amarrar as mãos das crianças surdas para não utilizar os sinais.

Mesmo tendo um marco histórico no Império, foi a partir da década de 1960 que as línguas de sinais ganharam força, passando a ocupar, reconhecidamente, o status de língua, por conta de apresentar na sua constituição linguística, todos os elementos classificatórios. Associada à corrente da comunicação total, que defende que o mais importante é a comunicação e não as metodologias para se chegar a ela, as línguas de sinais, desde então, possuem várias nomenclaturas - empregadas erroneamente para designar a pessoa surda, rotulando-a com características pejorativas, tais como: *moco*, *surdo-mudo*, *mudo*, *excepcional*, e, mais tarde *deficiente auditivo*.

Por iniciativa de várias escolas e instituições ligadas ao trabalho com os surdos e Associações de pais, foi criada no Rio de Janeiro a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo - FENEIDA, cuja diretoria é composta por pessoas ouvintes. A partir de então, os surdos organizam uma comissão para lutar pelos seus direitos e, em 16 de maio 1987 assumem uma nova diretoria, desta vez, composta apenas por pessoas surdas eleitas em assembleia geral, passando então de FENEIDA para Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS. Trata-se de uma entidade não governamental, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social/CNAS. Com várias regionais em quase todos estados brasileiros, a FENEIS vem atuando como um órgão responsável para difundir a Libras e a integração da pessoa surda na sociedade e no mercado de trabalho, através de convênios com empresas e outras instituições que tem abraçado esta causa, promovendo e participando de congressos nacionais e internacionais, bem como seminários, debates, fóruns e tantos outros meios visando à defesa dos direitos das pessoas surdas em relação à sua língua,

educação, intérpretes nas salas de aula e estabelecimentos públicos, assistência social, trabalhista e jurídica e a preservação de sua cultura.

A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação destas comunidades, com a Lei Federal nº. 10.436/2002. Diante disso, observa-se uma crescente disposição dos educadores e outros profissionais em aprender língua de sinais para propiciar condições de comunicação e interação com alunos que não ouvem. Devido às pesquisas linguísticas e aos movimentos de reivindicação dos surdos, a língua de sinais “avançou-se significativamente em termos políticos tendo como consequência, o reconhecimento de aspectos que tem impacto na vida dos surdos” (QUADROS, 2004).

Segundo Faria (1993), os seres humanos, independentemente das suas condições e potenciais, têm direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização.

Carvalho (1999), por sua vez, ressalta o uso da palavra inclusão como sinônimo de integração entre tantos outros (inserção, normalização, etc.). A inclusão deve prever a inserção de crianças com necessidades especiais no sistema regular de ensino, desde o início de sua vida escolar, com o compromisso de oferecer a ela condições de desenvolvimento acadêmico e social.

Baseado nesses pressupostos buscou-se a legislação que revela a ideia de que a educação deve envolver a todos, inclusive deficientes. O artigo 205 da Constituição Federal (1988) dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o trabalho.

O alvo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o ensino fundamental, assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e como meio para a progressão no trabalho e estudos posteriores. A formação para cidadania deve incluir condições favoráveis de aprendizagem para o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores (BRASIL, 1998).

Tomando como referência a Conferência Mundial de *Educação para Todos*, a LDB declara em seus princípios, o direito inalienável à educação, enfatizando, sobretudo, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), que salienta ações para a equalização destes direitos às parcelas mais segregadas. Nessa concepção o currículo deve ser concebido considerando novos mapas culturais, que atendam essa acepção de inserção do aluno no universo do saber, que considere sua cultura e peculiaridades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) podem ser um guia de identificação e de localização daqueles que, não sendo como os demais podem necessitar de adaptações curriculares.

O avanço que a educação produzirá no século XXI é a construção de uma escola inclusiva, que assegura o atendimento à diversidade humana. As características fundamentais nos planejamentos de ensino é a diversidade e a flexibilidade. É o que salienta o Plano Nacional de Educação, que enfatiza ainda que o grande desafio da educação contemporânea deva garantir não só o acesso, mas a compreensão aos conteúdos básicos de escolarização a todas as pessoas, inclusive as com necessidades especiais. Neste paradigma da inclusão, a questão curricular tem destaque central para a garantia desse processo inclusivo, cabendo ao sistema escolar adequar-se às necessidades dos educandos.

Diante de tais conquistas torna-se realidade a inclusão dos surdos na sociedade, não no sentido de colocá-lo entre os ouvintes, mas no sentido de garantir o pleno exercício da cidadania da pessoa surda enquanto brasileiro (QUADROS, 2004).

O primeiro passo é reajustar o Projeto Político Pedagógico para a inclusão desses educandos especiais, seguindo as mesmas diretrizes já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, a educação de jovens e adultos e educação profissional. Garantir o acesso e permanência aos conteúdos curriculares nas flexibilidades dos currículos, organizando-as em dois níveis: a primeira realizada no nível do sistema de ensino e administração escolar, e a segunda são organizadas pelo professor no cotidiano escolar. No primeiro nível inclui métodos de ensino, estratégias de avaliação, organização em função das diversidades dos alunos, cabendo ao gestor das unidades a previsão de suporte administrativo, técnico e científico para adaptações no processo de ensino, organização e

funcionamento da escola, ainda, o oferecimento de condições físicas, ambientais e recursos materiais, contratação de intérprete da língua de sinais, (para alunos surdos). Nesta perspectiva de inclusão, cabe à equipe escolar favorecer um ambiente acolhedor, adaptar os objetivos, se necessário, para lidar com alunos com necessidades especiais.

Educadores de todos os níveis navegam sem bússola e estão sendo confrontados com a realidade automatizada, informatizada e globalizada e muitas vezes estão sendo diagnosticados como defasados, pois temem dar um passo além da dúvida. Assim, estes educadores, estão sendo desafiados a mudar e a inovar com o intuito de atender às expectativas da atual sociedade. Mudar para adquirir novas técnicas metodológicas capazes de transformarem o espaço-escola do aprendiz em algo dinâmico, significativo e participativo aproximando a teoria da prática com uma postura interdisciplinar, permitindo assim a criação de diretrizes para com a vida.

Segundo o Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES (2005, p. 56), incluir é ter uma proposta, “[...] uma visão incondicional voltada à eliminação de obstáculos, de todas as naturezas, de forma que se torne efetiva a participação do educando no processo pedagógico de maneira justa e equânime”.

E por falar em aquisição da linguagem

O domínio de uma língua é fundamental para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo do ser humano que se constituem a partir da construção da identidade que acontece com a interação com o mundo, contato com outras pessoas a fim de obter uma comunicação. Será este convívio que constituirá o “eu”, ou seja, a qualidade deste convívio que exercerá uma influência positiva ou negativa na constituição deste ser. E para tal, faz-se necessário um ambiente propício e estimulador.

Para Capovilla (1997), a linguagem tem importância para o pensamento e a comunicação, ou seja, tem função tanto intrapessoal como interpessoal e, por isso, é imprescindível que o indivíduo tenha as condições de desenvolver-se linguisticamente até os quatro ou seis anos de idade, período crítico do desenvolvimento que, quando não aproveitado, pode gerar sequelas globais.

Os estudos de Neurologia, Sociologia, Psicologia e Educação, entre outras áreas do conhecimento, comprovam a importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento da pessoa surda.

A Língua de Sinais é o veículo adequado para a comunidade surda construir conhecimento; por meio dela é possível a expressão de conteúdos sutis, complexos ou abstratos, de modo que os usuários podem discutir qualquer área do conhecimento, utilizando-se dos seus recursos, como qualquer outra língua, para consolidar a comunicação, isto é, para conferir conteúdos significantes aos objetos do mundo e as pessoas.

Acredita Skliar (1998) que através da Língua de Sinais os estudantes surdos podem receber uma educação equivalente àquela dada aos estudantes ouvintes. Os estudantes surdos podem receber uma instrução adequada na língua escrita e com isso desenvolver o bilinguismo funcional.

A atuação do tradutor/intérprete

A palavra tradutor quer dizer: o que traduz cada palavra e sentença de um texto, é transpor sem alterar o sentido do que está sendo traduzido, e não é necessário estar presente. Já o intérprete, declara o sentido do texto e, não se prende às palavras. Indivíduo que representa um personagem.

Segundo Veras (2002), intérprete é tradicionalmente aquele que faz uma tradução, usando a voz ou o gesto, de corpo presente, representando como no teatro.

O prefixo INTER, na palavra intérprete, significa o que está entre uma língua e outra, pondo essas línguas em relação, criando uma afinidade entre elas. Os gestos da intérprete constroem o sentido do que digo; e ela depende disso que digo para sua construção, assim como dependo de seus gestos para que esta fala sobreviva (VERAS, palestra 2002).

Interpretar com excelência exige arte e técnica, é dar vida àquilo que é transmitido oralmente, vai muito além de traduzir ao pé da letra, é entrar na história e viver cada personagem, independente de quantos são, expressando assim, a presença cênica. Para tanto, é elementar ser fluente em Língua de Sinais e na língua oral; aprender e dominar as técnicas de interpretação, manter uma atitude ética profissional,

conviver com a comunidade surda a fim de: manter-se atualizado em relação a, termos técnicos e os diversos níveis de sinalização; cultivar a fluência e entrosar-se culturalmente; capacitar-se profissionalmente procurando um curso sério de formação e atualizar-se através de uma formação continuada; associar-se e frequentar os órgãos congregadores dos profissionais tradutores e intérpretes de Língua de Sinais.

Uma boa interpretação requer o domínio dos meios expressivos para que a mensagem alcance o objetivo identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira pessoa, sinalizando e representando suas ideias e convicções, buscando imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as dos enunciados em português oral. Ainda, descreve o cenário espacial, narra a história e vive cada personagem da narrativa, explorando as diferentes expressões corpóreo-faciais, enquanto faz uso adequado de sinais e classificadores, devendo tudo ser muito bem conjugado fluindo o artista que há dentro de si, sem a marca do exagero.

Para tirar o surdo da condição de observador passivo, para a de um participante interativo, requer do tradutor/intérprete, uso de competência linguística, habilidade para fazer a interpretação simultânea, criatividade artística e técnica. Além disso, o profissional deve se preocupar constantemente com o nível da interpretação - se está claro para o espectador.

A presença do profissional intérprete da Língua de Sinais em órgãos públicos e privados é fundamental para que de fato venha atender às necessidades básicas e facilitar o desenvolvimento ensino-aprendizagem dos surdos na sua primeira língua respeitando as diferenças e valorizando sua cultura, possibilitando a esta comunidade a participação nos mais diversos tipos de atividades.

O profissional possibilita a ligação entre o mundo ouvinte com o dos surdos, embora pouco reconhecido e desprovido desta prática consistente e essencial nas instituições de ensino, hospitais, igrejas, delegacias e empresas que compõem a realidade da comunidade surda. Partindo desse conceito, a pesquisa analisou a atual situação da educação dos surdos, buscando compreender suas raízes históricas e políticas.

A formação do tradutor/intérprete

Até pouco tempo, o intérprete da Língua de Sinais não era considerado como profissional, não era remunerado em qualquer situação, ou seja, era comum que o ressarcimento de suas despesas e de seus serviços não fossem discutidos entre as partes envolvidas. Sua história se mistura com a própria história da Língua de Sinais.

Além do espaço religioso, muitos intérpretes adquirem a Língua de Sinais nas associações, em convivência com as pessoas surdas, e na FENEIS, em geral, da mesma forma que na situação anterior, acabam por estabelecer relações de amizade ou de afetividade com os surdos.

Com o reconhecimento de Libras como “meio legal de comunicação e expressão” entre as pessoas usuárias dessa língua, o papel do intérprete e a necessidade de se pensar em sua formação passam a ser temas obrigatórios nas discussões sobre os princípios e as condições que deveriam fundar o processo de regulamentação da referida lei.

O conhecimento científico permite ao intérprete passar do empirismo à ciência e da ciência à profissionalização, saindo da informalidade, preocupação daqueles que querem investir nesta carreira. Nesse sentido, a partir de 2006 o Brasil passou a integrar o rol de países que oferecem a formação acadêmica a esses profissionais. Algumas faculdades no Sul e Sudeste já deram o pontapé inicial, com cursos de duração de dois anos: um na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, e outro na Universidade Metodista de Piracicaba.

Nas disciplinas teóricas e práticas fazem parte do conteúdo programático, os alunos são incentivados a conviver com a comunidade surda para haver inserção deles no contexto social. Busca-se, também, um diálogo com tradutores e intérpretes de línguas orais, que, por serem profissionais reconhecidos socialmente há muito tempo, podem contribuir com suas práticas na formação dos profissionais da Língua de Sinais.

O candidato interessado precisa ter como requisito imprescindível o domínio da Língua de Sinais comprovado com certificado, ter concluído o ensino médio e experiência como intérprete. A Universidade de Santa Catarina, UFSC, lançou o curso de Letras com Licenciatura em Libras à distância, inaugurando um processo educacional em grande escala que abrange todo o país.

O objetivo desses cursos é formar profissionais intérpretes de Libras, com diploma em nível superior, visando a formação de profissionais éticos, críticos e reflexivos quanto ao seu papel e sua prática de atuação junto à comunidade surda. Capacitar profissionais intérpretes de Libras para atuar em espaços sociais como: instituições de educação básica, de ensino fundamental, médio e superior; instituições públicas ou privadas de atendimento à população; eventos científicos; reuniões e/ou assembleias municipais, estaduais e/ou federais. Dar condições para o aluno aprender, no contato com a comunidade surda, refletindo sobre novas formas de atuação, redimensionando, desse modo, seu saber.

Há vários níveis de formação de intérprete para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado, podemos encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sócio-cultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação da comunidade surda na comunidade em que está inserida (QUADROS, 2004, p. 51).

Para atender a demanda, houve a necessidade de profissionalização, criando também sindicatos. Isto foi devido às conquistas das comunidades surdas nos últimos anos. Além disso, por tratar-se de um campo promissor em expansão, embora pouco explorado tem despertado o interesse de sinalizadores não qualificados abundantemente, e por muitas vezes apresentam-se profissionalmente como intérprete, e os erros podem provocar equívocos de interpretação perigosa, que poderão fazer o trabalho tornar-se inútil. Sendo assim, ao se contratar intérpretes, deve ser exigida uma avaliação do profissional pelos militantes da comunidade surda, pois eles têm maior competência para julgar o nível de interpretação do candidato, conforme se pode observar nas respostas obtidas na pesquisa:

Como não há formação acadêmica para intérpretes no País, e sem estar legitimada pela certificação de uma instituição de ensino, no nível médio e superior a solução encontrada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através da Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE, é promover anualmente Exame Nacional para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação da Libras/Português/Libras, denominado Prolibras (BRASIL, lei 5626/05).

Os requisitos que o candidato precisa ter para participar do Prolibras são: fluência em Libras com nível superior completo ou que tenha concluído o ensino médio; domínio da Língua Portuguesa. As provas são realizadas em duas etapas. A primeira etapa é composta de prova objetiva sobre a compreensão da Libras e a segunda etapa por uma prova prática de proficiência em tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa e vice-versa.

O intérprete pode ser representado como a porta de entrada que dará acesso ao entendimento da cultura de um grupo (cultura surda). Nesse sentido, além de realizar um estudo no campo teórico sobre a necessidade do intérprete na comunidade surda; pretende-se também, através do estudo de caso, acompanhar o trabalho dos mesmos situando a interpretação como ponto de partida.

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta ao intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito (QUADROS, 2004, p. 60).

Conforme a autora (2004, p. 61), diante de várias experiências e problemas causados dentro das salas com o mediador da língua de sinais é que a organização nacional de intérpretes para surdos cria regras para intérpretes:

- a) em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta;
- b) considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais;
- c) os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas;
- d) as aulas devem prever ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor performance e evitará problemas de saúde para o intérprete;
- e) deve-se considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade;

f) os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula;

g) deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las;

h) a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê;

i) a iluminação deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retro projetor podem ser recursos utilizados em sala de aula.

O fato de o intérprete dominar a Língua de Sinais ou ser filho de pais surdos, não faz dele um intérprete em potencial. É preciso habilidades para tradução e interpretação simultânea, ter um conhecimento prévio do que se vai interpretar, pois de outra forma o processo de ensino-aprendizagem fica prejudicado e a distorção da informação em vários momentos, por não dominar o conteúdo em que está fazendo a interpretação, o intérprete só passa os sinais soltos que ele conhece sem uma contextualização.

Normalmente os filhos de pais surdos intermediam as relações entre seus pais e as outras pessoas, mas desconhecem técnicas, estratégias e processos de tradução e interpretação, pois não possuem qualificação específica para isso. [...] o que garante a alguém ser um bom profissional intérprete é, além do domínio das línguas envolvidas nas interações, o profissionalismo, ou seja, ou seja, a busca de qualificação permanente e observância do código de ética [...] (QUADROS, 2004, p. 30).

Outro fator da grande perda de informação ou formação distorcida é o cansaço físico e mental, devendo-se ser respeitado o intervalo para descanso do intérprete com outro colega, o que não acontece com intérprete educacional que passa horas fazendo essa mediação com os surdos e, no momento de seu intervalo, os surdos ainda querem bater papo.

A esse respeito, o MEC tem procurado formar intérpretes selecionando professores da rede regular de ensino, pois, objetiva abrir este campo de atuação dentro das escolas, já que alguns professores dominam a Língua de Sinais e acabam assumindo as duas funções. Sendo assim o professor-intérprete em um turno atuaria como docente

em uma sala só de alunos surdos, como sala de recursos ou sala especial como professor, no turno oposto ele atua como intérprete em sala de aula regular com outro professor regente.

O profissional intérprete que leva sua profissão a sério, precisa observar alguns aspectos relevantes antes e durante sua atuação: aparência pessoal; tautologia; iluminação local; fundo visual; barulhos laterais; posição natural para sinalizar; acomodações; tempo de interpretação; expressões faciais e corporais; possíveis distrações; uso do alfabeto manual; expressões idiomáticas e outros.

Por outro lado, existem algumas considerações importantes: o intérprete não pertence a ninguém, portanto, é livre para interpretar em qualquer lugar, quando necessário e quando solicitado. Porém, sua vida pessoal não pode confundir-se com a profissional e, nem a religião deverá interferir no seu trabalho, pois não pode ouvir uma coisa e interpretar outra. Precisa ser fiel a uma e outra língua, se não concorda com o que será dito, é melhor sugerir outro colega com antecedência.

O intérprete não pode se achar altamente capacitado, mas precisa ter conhecimento da cultura surda. Ele não pode tirar a dúvida do surdo, tentar resolver o problema, mas levar o problema para o professor ou palestrante. Também não pode ser ativista surdo; (quer dizer: não pode tomar certas decisões pelos surdos), não cabe ao intérprete manifestar-se, os interlocutores devem se dirigir ao surdo como em conversa.

A realidade da comunidade surda de Teixeira de Freitas

Segundo o censo demográfico realizado em 2003, no município de Teixeira de Freitas há 150 surdos para uma população de 118.000 habitantes. Trata-se de um número bastante razoável e apenas 34 desses surdos estão matriculados nas escolas, sendo que a maioria está em séries que não são compatíveis com seu grau de aprendizagem. É comum encontrar alunos matriculados na 5ª série do ensino fundamental que não sabem ler ou escrever. Os docentes, por não saberem como fazer com o(a) aluno(a) surdo(a), acabam “aprovarando-o(a)” de uma série para outra sem nenhum fundamento. Isso acontece devido à falta de tradutor intérprete para fazer a mediação entre o professor e o aluno surdo.

Para Quadros (2004), quando há falta deste profissional, os surdos ficam desmotivados e não conseguem avançar em termos educacionais e não tendo acesso às informações e discussões que são transmitidas na língua falada, ficando, então, excluídos da interação social, cultural e política.

A capacitação do professor facilita a conversação entre ambos, ao mesmo tempo em que respeita e valorizam os aspectos socioculturais da comunidade surda, uma realização de grande valia para a imersão do surdo na sociedade majoritária ouvinte.

Os surdos, como qualquer outro cidadão, têm direitos e deveres, porém a ausência de um profissional ao seu lado dificulta o seu entendimento e resoluções de situações do cotidiano. Nessa gama de carência, algumas situações vivenciadas por alguns surdos, confirmam o distanciamento entre o que a lei apresenta e a sua prática na sociedade Teixeiraense.

Três casos em particular nos chamaram a atenção. Um diz respeito ao modo de consulta realizado por um profissional-médico quando esteve diante de uma paciente surda. Segundo informações da paciente, por ausência de tradução e interpretação, o médico segue algumas deduções baseadas em gestos ou com a ajuda “escassa” de algum colega enfermeiro que entende “mais ou menos”. Resultado: a paciente continuou com o mesmo problema e só foi solucionado quando esteve acompanhada com um profissional/intérprete, no mesmo hospital, atendido por outro médico. Situações como estas não são raras no município em estudo e significa que, nos hospitais e demais repartições públicas, a ausência de profissionais/intérpretes interfere na recuperação e tratamento de pacientes surdos.

Outro caso exposto por uma intérprete, diz respeito a uma mãe surda que levou o seu filho ao médico. Nem a mãe conseguia explicar a doença do filho e nem o médico conseguia entender a sua “linguagem”. O mesmo ocorreu na delegacia, quando o preso em questão era um surdo. Como trabalhar a culpabilidade ou a inocência desse indivíduo? Tais situações aconteceram em Teixeira de Freitas, segundo informações da comunidade surda e confirmadas pelos profissionais/intérpretes locais, mas certamente se repetem em diversas partes do país.

Evidentemente não se pode culpar os médicos, a polícia ou mesmo outros profissionais. São estruturas que carecem de profissionais especializados nestes casos e

a disposição política de se atacar as raízes do problema não ocorre, por um motivo muito simples: o número de surdos e surdas é pequeno – portanto não incomoda suficientemente as instâncias do poder público e essa realidade não diz respeito a Teixeira de Freitas apenas, mas ao país como um todo.

Do ponto de vista de acompanhamento profissional, os surdos de Teixeira de Freitas contam com a colaboração de 20 intérpretes que atuam em diversos segmentos como voluntários. Destes, apenas dois profissionais são remunerados pelo município.

A pesquisa contou com a participação de 15 profissionais, os quais foram entrevistados, respondendo à pergunta: Você é intérprete? 14 responderam categoricamente que sim; 05 fizeram o exame de proficiência no uso e no ensino da Libras, para obter a certificação como professor ou instrutor da Língua de Sinais para ouvintes e não como tradutor e intérprete da mesma língua para surdos.

Isso significa que os únicos intérpretes ativos (sete destes interpretam exclusivamente na sua religião), estão interpretando em todos os locais como formaturas, igrejas, fóruns, palestras, etc. Outros optaram por dar aulas de Libras, uma profissão que deveria ser exclusiva da comunidade surda. Esse dado é preocupante porque a comunidade surda fica desprovida de um profissional absolutamente necessário para seu crescimento.

Os intérpretes de Teixeira de Freitas

A proliferação da *Língua de Sinais* em Teixeira de Freitas nos últimos cinco anos tem feito 19 intérpretes, 39 professores bilíngues no curso de formação continuada, com as aulas ministradas nos cursos de licenciaturas, na Associação dos Surdos, na Associação Pestalozzi e em algumas instituições escolares (Ensino Médio). Ao todo, cerca de 1500 pessoas possuem noções de Libras - o que tem levado pessoas de outros municípios também a aprender a Língua de Sinais.

O estudo de caso foi realizado em Teixeira de Freitas no período de 30 de julho a 05 de outubro de 2007. Foi um período de convivência com os profissionais da Língua de Sinais, especificamente sobre a formação dos mesmos. Dos 15 entrevistados, três possuem certificado, 12 tinham a intenção de trabalhar como voluntários, especialmente

em igrejas; apenas 02 são remunerados pela Secretaria Municipal de Educação. Essa remuneração revela um aspecto importante: é a primeira vez na história de Teixeira de Freitas que esse profissional é valorizado.

A falta de uma formação qualificada é visível na atuação de vários sinalizadores em Teixeira de Freitas. A maioria desses aprendeu a sinalizar, desconhece as técnicas, e se intitula como intérprete e, o que é ainda pior, tem aumentado sua renda através de cursos de Libras, tirando proveito de pessoas leigas que desejam aprender de fato. Solitários, normalmente estes intérpretes não contam com a presença de outro colega mais experiente para as trocas ou eventual necessidade, pois temem perder seu brilho para este e, sobrecarregados, acabam abandonando a interpretação deixando os surdos desconectados com o mundo ouvinte.

Precisamos ter medidas mais severas e, se for impossível reformá-los, será necessário afastá-los dos nossos palcos de interpretação e da mídia. Afinal de contas, os intérpretes estão entre nós para servir a comunidade surda (e, se preciso for, fazer sacrifícios por ela) ou para explorar seus próprios objetivos pessoais? (INES, 2005, p. 20).

Segundo a pesquisa, dos 15 entrevistados, cinco concordam que a surdez não é uma deficiência, mas uma cultura, 11 destes nunca foram à Associação dos Surdos e não conhecem o código de ética do intérprete. Entre tantos recursos que facilitam na interpretação, apenas dois frequentam a associação para manter contato e atualização da língua. Percebe-se que 80% dos intérpretes são totalmente alheios às reivindicações e diretos desta comunidade que vem conquistando espaços no Município em estudo.

Analisando a atuação dos intérpretes e a pesquisa feita, cinco intérpretes responderam que não se preocupam com sua formação, concluindo que seu nível de interpretação é muito bom e, a sua intenção não é profissionalizar-se, mas manter quase que inalterada a forma assistencialista que entende a figura do intérprete e, a imagem de que ele deve ser, antes de qualquer coisa, não um profissional, mas uma pessoa amiga ou solidária com as lutas e necessidades da comunidade surda - embora respondessem que desejavam ser contratados como profissionais.

O perfil do bom tradutor deve levar em conta os seguintes critérios: está sempre preocupado com sua atuação; clareza na interpretação; atualizar-se (ter acesso a revistas

científicas, obras literárias, rótulo de remédios, veneno, bulas etc.); atentar-se para as situações do cotidiano e inseri-las no contexto vivenciado/entendido pelos surdos.

Para o INES, essa comunicação aos surdos tem, basicamente, dois caminhos. Não é suficiente saber e aprender somente como usar a Língua de Sinais, mas, acima de tudo, entender os surdos, seus aspectos culturais e identitários e a riqueza da sua linguagem – e usar desses recursos (INES 2005, p.14).

O professor-intérprete da rede municipal

A discussão atual na educação dos surdos está centrada em mudanças estruturais e metodológicas da escolarização vigente e na frenética problematização do tema inclusão/exclusão social com vistas, entre outras coisas, a mudanças de concepção do sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre políticas educacionais, a análise das relações de poder entre surdos e ouvintes.

Para que a atual situação da educação dos surdos seja mais bem compreendida nas suas raízes históricas e políticas e para que as decisões derivadas dessa análise possam contribuir para uma mudança da realidade educacional, faz-se necessário discutir largamente, sobre o lugar que ocupam na educação dos surdos, as transformações sociais de cada momento histórico e a lógica da ideologia dominante.

Pensando em como atender às necessidades dos alunos surdos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas oferece o curso de formação continuada em Língua Brasileira de Sinais para 39 professores da rede municipal, com 80 horas. As primeiras 40 horas foram um curso intensivo, pela necessidade de se trabalhar com uma proposta bilíngue. As outras 40 horas acontecem uma vez na semana, quando se discute propostas educacionais em como melhorar o atendimento à pessoa surda.

Sabemos que 80 horas é pouco tempo para aprender uma língua, mas também sabemos que é o início de uma nova era na vida da comunidade surda teixeirense. Afinal são 34 alunos surdos matriculados e 39 professores com competência para atender às necessidades de seus educandos. Nessa formação continuada está sendo possível proporcionar o conhecimento de sinais básicos e as pantomimas da Língua de

Sinais; o aprofundamento dos conceitos e a trajetória da Libras; discutir as diretrizes propostas e meios de ação desenvolvidos pela política educacional brasileira, direcionados à educação dos surdos, a nível municipal; refletir a prática pedagógica e promover a troca de experiência entre educadores da Libras e os surdos.

Em um turno, exercer a função de docente, regente de uma turma seja em classe comum, em classe especial, em sala de recursos, ou em escola especial (nesse caso, não atua como intérprete). Em outro turno, exercer a função de intérprete em contexto de sala de aula, onde há outro professor regente (QUADROS, 2004, p. 63).

A oficialização da Libras prevê intérpretes em todos os âmbitos sociais, abrindo um leque de opções que devem ser aproveitadas para dar ao surdo acesso à sua cultura, fazendo-o conhecedor de sua história e a história da humanidade. Oportunizar aos formuladores de políticas educacionais e professores refletirem sobre seu papel na educação dos surdos.

Considerações finais

Acreditamos que este estudo preliminar possa ter ampliado nossos horizontes no tocante ao conhecimento das questões concernentes às comunidades surdas e a necessidade da atuação do tradutor e intérprete da Língua de Sinais em nosso meio, já que a língua, além de servir como meio de comunicação entre os pares, também propicia o desenvolvimento da função cognitiva. Por ser uma língua natural dos seus usuários, oferece significados e proporciona-lhes o desenvolvimento social e intelectual.

Portanto, diante dos argumentos apontados, medidas emergenciais devem propiciar a criação de políticas e estratégias de intervenção e, qualificações de profissionais bilíngues. Para isso é necessária mudança, um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que seja possível ser posta em prática, pois é na existência de pessoal cientificamente preparado, para identificar as causas e procedimentos inadequados, que reside a possibilidade de alterar a realidade da Educação Especial no Brasil.

O futuro da Educação Especial no Brasil dependerá de um esforço coletivo, que levará a uma revisão na postura de políticos, pesquisadores, prestadores de serviços e

famílias para trabalharem numa meta comum que seria a de assegurar uma educação de melhor qualidade para todos os cidadãos.

Referências

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

_____. *Constituição Federal* (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de diretrizes Bases Nacionais da Educação* Nº. 9.394/96. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998 b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. *Lei nº.10.436/2002*. Diário Oficial da União. 24 de abril 2002.

_____. *Lei nº.5.626/2005*. Diário Oficial da União. 22 de dezembro de 2005.

CAPOVILLA, F. C. *Filosofia Educacionais em surdez: Oralismo, Comunicação Total e Bilingüismo*. In: *Ciência Cognitiva: Teoria Pesquisa e aplicação*, v.1, n. 2,1997 (pp. 561-588).

CARVALHO, R. E. *Integração e inclusão: do que estamos falando? Educação Especial: tendências atuais*. (Boletim: TVE),1999.

FARIA, M. C. C. S. *O direito de ser diferente em sociedade: a problemática da integração escolar*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Especial, 1993.

FÓRUM – *Instituto Nacional de Educação dos Surdos: A Importância da Linguagem Corporal Expressiva da Libras*. vol., 11,(jan/jun.) INES: Rio de Janeiro, 2005.

INES. *Surdez e Universo Educacional* (Anais do Congresso - set. 2005). In: *Corpo e Espaço nas Línguas de Sinais*. Rio de Janeiro: INES, 2005.

INES. *O Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES e a Educação de Surdos no Brasil – Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. v.01, dez/07. Rio de Janeiro: INES, 2007.

LOPES, M. C. *A mediação material e sócio no processo de integração de crianças surdas*. In: SKILIAR, C. (org). *Educação x Exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

PETERSON, J. E. *Comunicando com as mãos*. São Paulo, Ed. Shekinah, 1987.

QUADROS, R. M. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. *Língua Brasileira de Sinais: Estudos Lingüísticos*. Porto Alegre. Artmed, 2004

_____. *O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* / Secretaria de Educação Especial; Programa de Educação Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004

REVISTA Espaço, nº.20 (Dez./2002 – julho 2003). *Educação*. In: A Linguagem e a Surdez. INES: Rio de Janeiro, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguagem geral*. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SKLIAR, C. *Um Olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação. 1998.

TERRA, E. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. (1928). *Pensamento e Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VERAS, V. *Acolhendo gestos*. I Seminário de Intérprete de língua de sinais: O Intérprete na sala de aula a prática da diferença. (palestra), Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas: Campinas, 2002.